

Assessor ameaça retaliar mas depois volta atrás

BRASÍLIA — Se o Brasil for rebaixado pelos bancos credores para a categoria de País com crédito de valor depreciado, terá suspensas todas as linhas de crédito de curto prazo e, como reação, o Governo brasileiro deixará de pagar os juros das operações passadas. Esta informação foi dada ontem pelo Secretário Especial para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Yoshiaki Nakano, que, em outra entrevista, concedida pouco depois, quando os jornalistas pediram que ele explicasse as declarações anteriores, desmentiu que tivesse admitido a possibilidade de suspensão dos pagamentos dos juros das linhas de curto prazo, atualmente de US\$ 14,8 bilhões. Desta vez, preferiu afirmar que a reação do Brasil ainda será estudada pelo Governo.

A decisão de reclassificar ou não os créditos brasileiros será adotada pelo Interagency Country Exposure Committee, órgão que tem a participação do Federal Reserve (Banco Central dos Estados Unidos), do órgão controlador da moeda e da Comissão de Seguro de Crédito, também do governo americano. Esse comitê se reunirá para analisar o assunto no dia 26 do próximo mês. Os créditos de curto prazo aos quais Na-

kano se refere são as linhas comerciais e interbancárias, consideradas vitais para a manutenção do comércio exterior e para o funcionamento de agências de bancos brasileiros no exterior. Os juros dos créditos de curto prazo são os únicos que vêm sendo honrados pelo Governo brasileiro, além dos devidos aos organismos oficiais, após a declaração de moratória.

Nakano considera o rebaixamento uma possibilidade remota pois, segundo ele, o simples fato de o Brasil retomar as negociações da dívida já afasta a medida. Além do mais, explica ele, o rebaixamento é uma decisão política, que não decorre única e exclusivamente do fato de o Brasil não pagar os juros dos créditos de longo prazo. Outro fato que, no seu entender, afastaria a decisão do rebaixamento é que a medida prejudicaria também os bancos credores.

— Se para a gente é péssimo, para os bancos será muito pior — disse.

O Secretário retornou segunda-feira de uma série de encontros no Japão com banqueiros credores do Brasil e evitou fazer qualquer comentário sobre a receptividade da proposta brasileira para a renegociação da dívida por um sistema não-convencional (securitização da dívida voluntária, com a criação dos e-

xit-bonds, que teriam valor de face e juros fixos).

— Banqueiro nenhum recebe uma proposta e diz: "Ah, que bom". Tem que pensar um pouco. A negociação da dívida pelos métodos não-convencionais era uma alternativa inevitável devido a dois pontos: o problema da dívida não é só de má gestão dos devedores. Os débitos foram contraídos num momento em que os juros internacionais estavam baixos e havia excesso de liquidez, situação que se reverteu a partir de 1979.

Nakano culpou o déficit público dos EUA pela elevação dos juros e os próprios banqueiros por pararem de emprestar dinheiro aos países em desenvolvimento. Seguindo o receituário de ajuste econômico determinado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), nenhum País conseguiu manter superávit comercial suficiente para pagar a dívida. Além de não terem capacidade para gerar produtos para a exportação, não havia no mercado espaço suficiente para absorver as exportações dos países endividados.

— O FMI devia estar era fiscalizando o déficit americano e fazendo com que os países que têm bom superávit comercial possam emprestar aos outros — afirmou.